

Uma VISITA DE ESTUDO é uma atividade decorrente do Plano Anual de Atividades, de acordo com o Projeto Educativo do Agrupamento quando realizada fora do espaço físico da escola ou da sala de aula. Nesta aceção, uma visita de estudo é uma atividade curricular intencionalmente planeada, servindo objetivos para desenvolver/complementar conteúdos de todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, de carácter facultativo, cuja operacionalização deverá estar definida no Regulamento Interno do Agrupamento.

VISITAS DE ESTUDO

REGULAMENTO

1. DEFINIÇÃO	3
2. COMPETÊNCIAS	3
3. ORGANIZAÇÃO DA VISITA DE ESTUDO	3
3.1. Elaboração do Projeto de Visita de Estudo	3
3.2. Professor organizador	4
3.3. Dossier da visita de estudo	4
3.4. Docentes a envolver	4
3.5. Regime de assiduidade dos alunos	5
3.6. Autorização do Encarregado de Educação	6
3.7. Desistências	6
3.8. Visitas de estudo realizadas em território nacional	6
3.9. Visitas de estudo realizadas no estrangeiro	6
3.10. Calendarização das visitas de estudo	7
4. ÂMBITO E APLICAÇÃO	7
5. APROVAÇÃO DA VISITA DE ESTUDO	8
6. OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS	8
6.1. Visita de estudo ocupando apenas o espaço temporal da aula	8
6.2. Intercâmbios Escolares	9
6.2. Passeios escolares	9
7. AVALIAÇÃO	9
8. DISPOSIÇÕES FINAIS	9
9. ENTRADA EM VIGOR	10

agrupamento de escolas da abelheira

VIANA DO CASTELO

2017 / 2021

REGULAMENTO DAS VISITAS DE ESTUDO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ABELHEIRA

PREÂMBULO

Considerando que «Todos têm direito à educação e à cultura»¹;

Considerando que «O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva»²;

Considerando que «Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar»³;

Considerando que «O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade»⁴;

Considerando que «É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares»⁵;

E considerando, ainda, que «A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva»⁶,

O Agrupamento de Escolas da Abelheira, ciente da importância da participação em visitas de estudo na formação integral e harmoniosa do indivíduo, aprova o presente documento que visa regulamentar as visitas de estudo realizadas pelo Agrupamento, em todas as suas vertentes, nomeadamente, a planificação, a organização, a realização e a avaliação.

¹ n.º 1 do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa

² n.º 2 do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa

³ n.º 1 do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa

⁴ n.º 2 do artigo 1.º da Lei 49/2005, de 30 de agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo)

⁵ n.º 2 do artigo 2.º da Lei 49/2005, de 30 de agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo)

⁶ n.º 5 do artigo 2.º da Lei 49/2005, de 30 de agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo)

1. DEFINIÇÃO DE VISITA DE ESTUDO

Visita de estudo é toda a atividade que preenche, cumulativamente, os seguintes pressupostos:

- 1.1. Decorre do Plano de Atividades do Agrupamento, de acordo com o Projeto Educativo do Agrupamento;
- 1.2. É uma atividade realizada fora do espaço físico da escola ou da sala de aula;
- 1.3. É uma atividade curricular intencionalmente planeada, servindo objetivos para desenvolver/complementar conteúdos de todas as áreas curriculares disciplinares ou não disciplinares.

2. COMPETÊNCIAS

- 2.1. Cada professor pode, por iniciativa própria ou acolhendo sugestões de alunos e/ou Encarregados de Educação, em articulação com o respetivo Departamento Curricular ou, em alternativa, com os membros de um Conselho de Turma/ Conselho de Docentes, propor a organização de uma visita de estudo.
- 2.2. Os Coordenadores de Estabelecimento e Departamento, no âmbito das competências que lhes são conferidas pelo Regulamento Interno do Departamento e demais legislação aplicável, podem propor a realização de visitas de estudo.
- 2.3. Compete ao Conselho Pedagógico aprovar as propostas a que se referem os pontos anteriores, integrando-as no Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

3. ORGANIZAÇÃO DAS VISITAS DE ESTUDO

3.1. ELABORAÇÃO DO PROJETO DE VISITA DE ESTUDO

Na elaboração do projeto de uma visita de estudo, preenchendo o Documento 1, em anexo a este regulamento, serão, obrigatoriamente, contemplados os seguintes itens:

- 3.1.1. Nome do professor organizador da visita;
- 3.1.2. Razões justificativas da visita;
- 3.1.3. Objetivos específicos;
- 3.1.4. Guiões de exploração dos locais a visitar;
- 3.1.5. Aprendizagem e resultados esperados;
- 3.1.6. Regime de avaliação dos alunos;
- 3.1.7. Calendarização e roteiro da visita;
- 3.1.8. Docentes e não docentes a envolver;
- 3.1.9. Plano de ocupação/proposta de atividades para os alunos não participantes na visita de estudo;

- 3.1.10. Plano de ocupação/proposta de atividades para alunos cujos professores se encontrem integrados na visita de estudo;
- 3.1.11. Data da aprovação da visita de estudo;
- 3.1.12. Aprovação e autorização dos pais/Encarregados de educação para participação dos educandos.

3.2. PROFESSOR ORGANIZADOR

- 3.2.1. O professor organizador é o professor que em qualquer momento pode prestar qualquer esclarecimento sobre a organização da visita. Ainda que trabalhando em equipa é o responsável pela comunicação com a Direção do Agrupamento, coordenador de projetos do agrupamento, Serviços Administrativos, assistentes operacionais, pais/encarregados de educação, empresa de transportes e locais a visitar;
- 3.2.2. O professor organizador pode ou não ser Diretor de Turma e pode ou não acompanhar os alunos na visita propriamente dita;
- 3.2.3. O professor organizador é responsável pela compilação do Dossier da Visita de Estudo a que se refere o ponto 3.3.;
- 3.2.4. O professor organizador é o responsável pelo preenchimento do Documento 2, em anexo a este Regulamento, que deverá, após preenchimento, remeter à Direção do Agrupamento;
- 3.2.5. Se o professor organizador acompanhar os alunos na visita será, por inerência, o professor responsável;
- 3.2.6. Se o professor organizador não acompanhar os alunos na visita será nomeado um professor responsável de entre os professores acompanhantes.

3.3. DOSSIER DA VISITA DE ESTUDO

Do Dossier da visita de estudo terão de constar, obrigatoriamente, elementos contemplando todos os itens referidos no ponto 3.1.. O Dossier da visita de estudo é um documento dinâmico que ficará concluído com a avaliação da atividade a que se refere o ponto 7. do presente Regulamento e uma possível reflexão sobre todo o trabalho desenvolvido.

3.4. DOCENTES A ENVOLVER

- 3.4.1. O número de docentes a envolver na visita de estudo, a que se refere o ponto 3.1.8., será de um adulto (professor/encarregado de educação/assistente operacional) por cada 10 alunos para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo (assegurando-se que cada turma seja acompanhada, no mínimo, por um

docente), um docente por cada dez alunos para o 2.º Ciclo e um docente por cada quinze alunos para o 3.º Ciclo.

- 3.4.2. Sempre que uma visita de estudo integre alunos com Necessidades Educativas Especiais, estes devem ser acompanhados pelo professor de Educação Especial, podendo, ainda, sempre que o seu grau de autonomia assim o exija, serem acompanhados por Assistente Operacional.
- 3.4.3. Os professores e outros adultos a envolver na visita, de acordo com os números anteriores, consideram-se em serviço e, como tal, não pagam a viagem. Outros professores que nela participem pagam-na integralmente.
- 3.4.4. Um professor não pode participar em mais do que uma visita de estudo por ano letivo se a mesma implicar para o docente a perda de mais do que um dia do período letivo, excetuando-se, por isso, as visitas de estudo com a duração máxima de um dia e aquelas que, realizadas em períodos de interrupção letiva, não ocupem mais do que um dia do período letivo. Estão isentos da observância desta regra os docentes a que se refere o ponto 3.4.2..
- 3.4.5. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, em casos excecionais e de manifesto interesse pedagógico, devidamente comprovado, um professor pode ser autorizado, durante o mesmo ano letivo, a participar em mais do que uma visita de estudo de duração superior a um dia.
- 3.4.6. Um professor que se comprometa a participar na visita de estudo e, por razão atendível, nela não possa participar, deverá providenciar um acompanhante que o substitua de modo a não fazer perigar a sua realização.

3.5. REGIME DE ASSIDUIDADE DOS ALUNOS

- 3.5.1. Sendo a Visita de Estudo uma atividade educativa desenvolvida na escola, é, de acordo com o estipulado na alínea h) do artigo 10.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro, dever dos alunos nela participarem, ficando, por esse facto, sujeitos ao regime normal de assiduidade, sendo, eventuais faltas, justificadas nos termos da lei.
- 3.5.2. Os alunos que não participam na visita de estudo e/ou sem professor por motivo de visita de estudo cumprirão o seu horário normal ou serão encaminhados para atividades de substituição de acordo com o seu horário, em regime de assiduidade normal.
- 3.5.3. Os alunos com autorização para a visita de estudo mas que nela não compareçam, sem aviso prévio, terão falta de presença a todas as disciplinas coincidentes com o horário da visita de estudo, sendo informados os encarregados de educação.
- 3.5.4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, nenhum aluno poderá ser impedido de participar numa visita de estudo por motivos imputados à capacidade económica da família.

- 3.5.5. Para obviar à situação descrita no ponto anterior deverá o Diretor de Turma informar a Direção do Agrupamento dos alunos que, comprovadamente, não tenham meios materiais para satisfazer os encargos com visita. Os encargos com a viagem destes alunos serão, em parte ou na totalidade, de acordo com o escalão de subsídio de que o aluno beneficia, suportados pela Escola.

3.6. AUTORIZAÇÃO DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

- 3.6.1. Independentemente da sua duração, para qualquer visita de estudo é obrigatória a autorização dos Encarregados de Educação e uma declaração de corresponsabilização das famílias, ambas formalizadas em escrito de acordo com o Documento 4 em anexo a este Regulamento.
- 3.6.2. O Documento 4, a que se refere o ponto anterior, é solicitado e recolhido pelo professor organizador e, obrigatoriamente, terá de fazer parte do Dossier da visita de estudo a que se refere o ponto 3.3..
- 3.6.3. Sempre que haja lugar a comparticipação financeira do Encarregado de Educação, deverão ser os Serviços Administrativos do Agrupamento a tratar desses meios.

3.7. DESISTÊNCIAS

A desistência da visita de estudo, por parte do aluno, deve ser comunicada pelo seu Encarregado de Educação, por escrito, ao Professor Organizador indicando o motivo da desistência. Sempre que na altura da desistência tenham já sido cumpridos compromissos financeiros, não passíveis de anulação, não haverá lugar a devolução de quaisquer quantias pagas.

3.8. VISITAS DE ESTUDO REALIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL

- 3.8.1. A visita de estudo realizada em território nacional, uma vez aprovada e inserida no Plano Anual de Atividades, é coberta pelo seguro escolar.
- 3.8.2. As Visitas de Estudo com duração superior a três dias carecem, de acordo com o disposto no Despacho n.º 3633/2017 de 31 de março, autorização expressa emitida pelo Diretor do Agrupamento.

3.9. VISITAS DE ESTUDO REALIZADAS NO ESTRANGEIRO

- 3.9.1. A Visita de Estudo terá de ser, obrigatoriamente, coberta por seguro de viagem e estadia. O professor organizador velará pelo cumprimento desta norma.
- 3.9.2. A Visita de Estudo ao estrangeiro carece de uma declaração expressa do Encarregado de Educação de autorização de saída para o estrangeiro. No caso de pais separados a autorização terá de ser dada pelo pai e pela mãe.

- 3.9.3. Independentemente do número de dias de duração, a visita de estudo ao estrangeiro carece de autorização expressa do Diretor do Agrupamento que se pronunciará após ter ouvido o Conselho Pedagógico.
- 3.9.4. Da visita de estudo ao estrangeiro deverá ser feita comunicação aos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, procedendo ao respetivo registo de viagem utilizando, para tal, o endereço electrónico (gec@mne.pt), indicando:
- Identificação do Agrupamento;
 - Destino;
 - Datas / Período de deslocação;
 - Identificação e contacto do docente responsável;
 - Lista de todos os alunos com número de Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação;
 - Identificação e contacto dos encarregados de educação de cada um dos alunos;
 - Lista de todos os docentes acompanhantes com número de Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação;
 - Local de alojamento;
 - Nome da companhia de seguros e respetivo número da apólice.

3.10. CALENDARIZAÇÃO DAS VISITAS DE ESTUDO

- 3.10.1. Na organização dos planos das visitas de estudo dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos dever-se-á ter em conta as especificidades dos momentos de avaliação de cada ano de escolaridade, nomeadamente, provas de avaliação externa, de modo a causar o mínimo de perturbação.
- 3.10.2. As visitas de estudo que colidam com aulas, não deverão exceder o número máximo de seis dias por ano letivo, nem ultrapassar o limite de três dias por período. Não estão sujeitas a esta norma as visitas de estudo que se efetuem exclusivamente dentro da carga horária, da(s) disciplina(s) envolvida(s) na visita de estudo.
- 3.10.3. Na programação das visitas de estudo de cada turma, deverá evitar-se a repetição de dias semanais ocupados com essas visitas e consequente prejuízo das aulas das disciplinas a lecionar nesse dia.

4. ÂMBITO E APLICAÇÃO

- 4.1. As visitas de estudo, em território nacional ou ao estrangeiro, só poderão realizar-se durante o tempo letivo se envolverem todos os alunos da(s) turma(s) com cujos projetos curriculares se articulam, não sendo aceitável a exclusão de qualquer aluno por razões económicas.
- 4.2. Sem prejuízo no disposto no ponto anterior a não participação de um aluno neste tipo de atividade deverá ser assumida e fundamentada por escrito pelos pais e/ou

encarregados de educação declarando, ademais, não se opor à realização da mesma, devendo, no entanto, esta ser uma situação excecional e a evitar a todo o custo pelos prejuízos que a mesma poderá acarretar para o aluno.

5. APROVAÇÃO DA VISITA DE ESTUDO

- 5.1. O Documento 1 a que se refere o ponto 2.1. deve, depois de preenchido, ser remetido ao Coordenador de Projetos do Agrupamento que, com um mínimo de cinco dias úteis de antecedência, relativamente à data da reunião onde o mesmo será apreciado, o enviará para todos os elementos do Conselho Pedagógico.
- 5.2. Uma vez aprovada a visita de estudo, nos 2.º e 3.º ciclos, o professor organizador deverá, pela forma que considerar mais expedita, informar os professores do conselho de turma sobre a data da visita de estudo, com pelo menos cinco dias úteis de antecedência. De igual modo, deverá informar o Chefe dos Assistentes Operacionais sobre os professores que estarão ausentes na visita.
- 5.3. Antes da realização da visita, o professor organizador entregará na Secretaria do Agrupamento a lista dos alunos participantes e dos professores acompanhantes, para que fiquem cobertos pelo seguro escolar e levantará as credenciais necessárias e outra documentação que lhe deva ser facultada;
- 5.4. Todos os professores que acompanham os alunos na visita de estudo sumariam e numeram a lição na(s) turma(s) que acompanham;
- 5.5. O professor da turma que não acompanha os alunos na visita de estudo, se tiver alunos, numera a lição e escreve sumário; se não tiver alunos, não numera a lição, mas escreve o sumário: “Visita de estudo”;
- 5.6. No caso de atividades de substituição, o professor substituto utiliza as propostas de atividades a que se referem os pontos 3.1.9. e 3.1.10. e numera a lição.

6. OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS

6.1. VISITA DE ESTUDO OCUPANDO APENAS O ESPAÇO TEMPORAL DA AULA

Sempre que o professor deseje organizar uma visita que ocupe apenas o espaço temporal de uma aula ou a de outro colega, em qualquer dos casos não ultrapassando uma parte do dia, deverá:

- 6.1.1. Comunicar, com um mínimo de dois dias de antecedência, à Direção do Agrupamento e ao Coordenador de projetos do Agrupamento, o dia, a hora e o local da visita, ficando esta, deste modo, legalmente coberta pelo seguro escolar. Para tal deve preencher o Documento 3, em anexo a este Regulamento, propondo ao Diretor a respetiva aprovação;
- 6.1.2. Combinar com os colegas implicados a melhor altura para a visita e o seu possível aproveitamento por outras disciplinas;

- 6.1.3. Enviar pela caderneta escolar o aviso e o pedido de autorização para os Encarregados de Educação, de acordo com o Documento 4 em anexo a este Regulamento, e verificar da sua conformidade;
- 6.1.4. Avisar os assistentes operacionais dos respetivos pisos de que, nesses dias, as aulas serão dadas fora da Escola;
- 6.1.5. Marcar faltas aos alunos que não compareçam.

6.2. INTERCÂMBIOS ESCOLARES

- 6.2.1. A organização de intercâmbios escolares segue os princípios pedagógicos e organizativos referidos neste Regulamento e nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 do Despacho n.º 28-ME-91, de 28 de março.
- 6.2.2. Os intercâmbios escolares podem realizar-se em período não letivo e em período letivo, não devendo, no segundo caso, exceder 7 dias úteis.
- 6.2.3. A escola pode ainda candidatar-se a outros projetos de intercâmbio escolar que exijam aprovação a nível nacional e europeu. As normas de candidatura e participação para cada ação serão as constantes nos respetivos regulamentos.

6.3. PASSEIOS ESCOLARES

Para além das visitas de estudo organizadas de acordo com as orientações atrás referidas, poderá a Escola, em parceria com as Associações de Pais e outros agentes educativos, realizar outras atividades formativas fora do recinto escolar, desde que devidamente enquadradas pelo Projecto Educativo do Agrupamento e inseridas no Plano Anual de Atividades mas sempre sem prejuízo das atividades letivas.

Sendo atividades devidamente programadas e inseridas no Plano Anual de Atividades serão naturalmente abrangidas pelo seguro escolar, carecendo, no entanto, da autorização do Diretor do Agrupamento.

7. AVALIAÇÃO

Após a realização da visita, compete a cada professor responsável proceder a uma avaliação da mesma, preenchendo para o efeito, em conjunto com os outros professores e com os alunos o relatório de avaliação. Esta avaliação, e uma possível reflexão a que se refere o ponto 3.3. do presente Regulamento pode, ainda, receber o contributo do professor organizador, no caso de este não ter acompanhado os alunos na visita.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. No decurso da visita de estudo, os professores devem ter atenção, não só aos atos que cometem, como também àqueles que permitem aos alunos cometer.

- 8.2. Sem prejuízo do dever de vigilância e custódia que recai sobre as funções dos professores em qualquer atividade, deverão ser objeto de responsabilização das famílias os eventuais danos que os alunos venham a causar no decurso da mesma que não estejam cobertos pelo seguro escolar, independentemente de qualquer procedimento disciplinar, preenchendo-se, para esse fim, a declaração a que se refere o ponto 3.6.1.;
- 8.3. Durante a visita de estudo, os alunos respondem disciplinarmente perante os seus professores e perante o Diretor do Agrupamento, nos termos da legislação em vigor.

9. ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Conselho Pedagógico.

Aprovado em Conselho Pedagógico de 27 de setembro de 2017
O Presidente do Conselho Pedagógico

José Carlos Maciel Pires de Lima